



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2017
PROCESSO SGA N.º 01236.000.080/2017
MENOR PREÇO

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo MENOR PREÇO, consoante condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, sendo o procedimento regido pela Lei Estadual n.º 13.191, de 30 de junho de 2009, pelo Provimento PGJ/MPRS n.º 47, de 17 de novembro de 2005, pelo Provimento PGJ/MPRS n.º 33, de 26 de junho de 2008, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (e alterações), pela Lei Estadual n.º 13.706, de 06 de abril de 2011, pela Lei Estadual n.º 11.389 de 25 de novembro de 1999, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Provimento PGJ/MPRS n.º 54, de 23 de outubro de 2002, e pelo Decreto Estadual n.º 42.434, de 09 de setembro de 2003 (e alterações).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 9 horas do dia 13 de dezembro de 2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14 horas do dia 13 de dezembro de 2017.

TEMPO MÍNIMO DE DISPUTA: 10 minutos.

DECRÉSCIMO MÍNIMO DE LANCES: 1% (um por cento).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.pregaobanrisul.com.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital completo poderá ser obtido, sem ônus, no sítio www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico e/ou adquirido na Unidade de Licitações, localizada à Rua General Andrade Neves, n.º 106, 18.º andar, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h e das 13h30min às 18h, ao custo de R\$ 0,15 (quinze centavos) cada folha, mediante comprovação de recolhimento a favor de FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MPRS (CNPJ DO FUNDO: 25.404.705/0001-03), Conta Corrente n.º 03.206.064.0-2, Agência 0835 – Borges de Medeiros – PAB-PROCURADORIA – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

1. OBJETO

Aquisição de produtos (módulos, transceivers e fontes) para equipamentos switch Catalyst 6807-XL, do fabricante Cisco, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão Eletrônico correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Categoria Econômica 4.4.90.52, rubrica 5228.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem cadastrados e/ou credenciados junto à Seção de Cadastro da CELIC – Central de Licitações Estado (www.celic.rs.gov.br) –, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

133-17- aquisição de produtos para equip. switch Catalyst - 1

MBM



3.2 Os representantes de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que se enquadram nessas respectivas categorias. A declaração falsa quanto ao enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.3. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.4. A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços exclusivamente por meio eletrônico.

3.5. Não poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas (a) que estejam em processo de falência, de recuperação judicial, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial; (b) que estejam punidas com suspensão temporária de participar em licitações e impedidas de contratar com a PGJ/MPRS; (c) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e (d) que possuem pendência junto ao CFIL/RS.

3.6. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

3.7. É vedada a participação de pessoas jurídicas que possuam, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

3.7.1 A vedação se estende à hipótese de o procedimento licitatório ter sido deflagrado: (a) quando os membros e/ou servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, ou (b) até 06 (seis) meses após a desincompatibilização.

3.7.2 Além das hipóteses expressas de nepotismo mencionadas acima, poderá ser vedada a contratação de pessoa jurídica pertencente a outro parente de membro ou de servidor, quando, no caso concreto, for identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dos licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PGJ/MPRS, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC, para imediato bloqueio de acesso e/ou concessão de nova senha.



5. APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS

5.1. As propostas deverão ser apresentadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas. Até o momento da abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.2. A apresentação consiste em registrar o preço ofertado no sistema, nos campos próprios para tal, bem como anexar arquivo único (extensões TXT, DOC, PDF e XLS, com tamanho máximo de 2 MB e páginas numeradas), contendo:

- a) planilha do Anexo IV deste Edital devidamente preenchida;
 - (a.1) caso o licitante opte em não utilizar a planilha disponibilizada, a proposta deverá ser enviada com as mesmas informações e declarações constantes do Anexo IV;
 - (a.2) A proposta deverá conter descrição, com códigos do fabricante, dos itens a serem adquiridos. Será DESCLASSIFICADA a proposta que não contiver descrição, quantidades e valores detalhados de cada item, com respectivos part numbers do fabricante.
- b) Certidão expedida pela Junta Comercial, como comprovação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (para as empresas que possuírem essa qualidade);
- c) conjunto de documentos comprobatórios das características técnicas.
- d) A LICITANTE deverá apresentar as seguintes Declarações (indicar a respectiva razão social, CNPJ e endereço completo):
 - (d.1) De que é revenda ou distribuidora autorizada.
 - (d.2) De que é parceiro do tipo Premier, Silver ou Gold Partner Cisco;
 - (d.3) De que é parceiro certificado em ADVANCED ENTERPRISE NETWORKS ARCHITECTURE SPECIALIZATION;
 - (d.4) De que está habilitado a comercializar, dar suporte e instalar os produtos cotados e relacionados;
 - (d.5) De que todos os itens são novos, de primeiro uso; *(nova redação de acordo com Informação nº 125/2017)*
 - (d.6) De que cientificou o fabricante dos equipamentos de todos os termos e condições deste edital, especialmente os referentes à prestação dos serviços de suporte técnico e garantia.
 - (d.7) De que todos os produtos de um mesmo item possuem o mesmo conjunto de componentes internos, isto é, que todos os produtos serão idênticos em todos os detalhes internos, não sendo aceitos lotes de produtos com componentes diferenciados em relação a outros dentro de um mesmo item;
 - (d.8) Declaração especificando qual o contrato de suporte, com o fabricante Cisco, para prestação dos serviços de suporte técnico e garantia (subitem 4.5



do ANEXO I – Termo de Referência – do Edital), para todos os produtos em aquisição, qual seja:

(d.8.1) Atual contrato de suporte existente para os chassis do MPRS (números de série SMC1845001X e SMC18450016), incluindo os produtos em aquisição;

(d.8.2) Ou contrato de serviço SmartNet ou Partner Shared Support junto ao fabricante dos equipamentos Cisco Catalyst 6807, incluindo os produtos em aquisição.

5.2.1 Serão aceitos documentos eletrônicos, desde que permitam a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet.

5.3. A falta de comprovação documental exigida na alínea “c” do subitem anterior somente acarretará a **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta, quando não for possível realizar o exame de conformidade do bem ofertado com as especificações estabelecidas no Edital.

5.3.1. Como forma de comprovação das características técnicas (subitem 5.2.c), serão aceitos os documentos a seguir listados, os quais deverão estar contidos no arquivo único:

(a) catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, não sendo aceitos documentos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;

(b) documentos obtidos pela Internet, no site do fabricante, cujas páginas deverão conter a indicação do endereço (URL) em que foram obtidas;

(c) a indicação do endereço completo da página específica do fabricante (URL) na qual se encontram as comprovações.

5.4. As ofertas serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração das mesmas, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A omissão da marca e do modelo de produto cotado acarretará desclassificação da proposta, quando a falta da informação inviabilizar o exame de conformidade do bem ofertado com as especificações estabelecidas no Edital.

5.5.1. A oferta de mais de uma marca e/ou modelo, alternativamente, acarretará a desclassificação da proposta.

5.6. Nos preços propostos e naqueles que, por ventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o mesmo. No caso de Microempreendedor Individual quando o objeto for serviço, deverá ser previsto o acréscimo referido no artigo 18-B, § 1º, da Lei Complementar n.º 12/2006 e artigo 201, § 1º, da IN 971/2009 da Receita Federal do Brasil.

5.7. As propostas apresentadas nesta licitação terão prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do pregão.

5.8. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.



5.9. Para o caso de o licitante ser Microempreendedor Individual, será aceito, para os fins do subitem **5.2.b**, o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (MEI).

6. SESSÃO DO PREGÃO

6.1. No dia e hora previstos neste Edital, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste instrumento convocatório e seus anexos.

6.2. Caberá aos licitantes acompanharem as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo responsáveis pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

6.3. Cada licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a proposta e os lances.

6.4. Somente poderá participar da rodada de lances, o licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços, bem como que tenha manifestado, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.5. Os representantes de Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte deverão declarar no Sistema Eletrônico de Compras, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que se enquadram nessas respectivas categorias. A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.6. Os licitantes deverão manter a impessoalidade na sala de disputa, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

6.7. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo realizar diligências quando forem necessárias, desclassificando as ofertas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.8. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.9. Aberta a etapa competitiva, o representante de cada licitante deverá estar conectado ao sistema, mediante a utilização de sua senha privativa, devendo encaminhar seus lances exclusivamente por meio eletrônico.

6.10. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos horário de registro e valor.

6.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

6.12. Somente será aceito que o licitante ofereça lance cujo valor for inferior ao último por ele ofertado e que tenha sido registrado no sistema.

6.13. O decréscimo mínimo mencionado no preâmbulo deste Edital deverá ser observado em relação ao menor lance registrado no sistema eletrônico.



6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no Pregão, sem prejuízo dos atos realizados.

6.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício após comunicação expressa aos licitantes, no endereço eletrônico para divulgação.

6.18. A etapa de lances da sessão pública observará preferencialmente:

- (a) o transcurso do tempo estipulado no preâmbulo deste Edital;
- (b) o aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico;
- (c) o transcurso de um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente finalizada a recepção de lances;
- (d) a convocação, se for o caso, e para os efeitos da Lei Complementar 123/06, das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, na hipótese de ocorrência do instituto do “empate ficto”;
- (e) o encaminhamento, pelo sistema eletrônico, de contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado lance de melhor proposta, para que seja obtida melhor vantajosidade, observado o critério de julgamento do Item 7 do Edital, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste ato convocatório. A negociação poderá ser acompanhada, via sistema eletrônico, pelos demais licitantes;
- (f) o aceite, por parte do Pregoeiro, do valor final, em caso de atendidas as condições editalícias e de compatibilidade desse valor em relação aos preços de mercado;
- (g) a intimação da licitante cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para que apresente a proposta final (Anexo IV – Formulário de proposta de preços) com os valores readequados à disputa e/ou à negociação, nos moldes do subitem 5.2.”a”, via sistema eletrônico, no prazo assinalado pelo Pregoeiro, podendo a critério deste ser prorrogado;
- (h) havendo previsão no Edital e Anexo I, será solicitado o envio de amostra do(s) objeto(s) licitado(s), suspendendo o certame para seu envio e análise de conformidade;
- (i) reaberta a sessão, em caso de compatibilidade da proposta e amostra, ocorrerá o “aceite da proposta”, pelo qual será considerada como vencedora, momento em que a etapa de lances será encerrada.

6.19. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro oportunizará ao licitante detentor da melhor oferta inserir, no campo respectivo do portal eletrônico, em até 2 (duas) horas, os **documentos de habilitação** listados no item 9 deste edital..

6.20. Após apresentada a documentação, esta será analisada e terá sua autenticidade conferida.



6.20.1. Havendo dúvida com relação a algum documento disponibilizado no sistema, poderá ser solicitada pelo Pregoeiro a sua apresentação em meio físico, por meio de original ou de cópia autenticada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação do pregoeiro. Os documentos originais deverão ser entregues/enviados na Rua Andrade Neves, 106, 18º andar, Porto Alegre/RS - CEP 90010-210.

6.21. Em caso de atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos pelo edital, o Pregoeiro julgará a licitante habilitada e a declarará vencedora do certame, momento em que o sistema automaticamente dará início ao prazo para a manifestação da intenção de recurso. Observar-se-á, quanto aos recursos, o estabelecido no Item 10 deste Edital.

6.21.1. Em caso de não atendimento dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e fará a convocação referida no subitem 6.23 deste edital.

6.22. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

6.23. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará a proposta subsequente para a adoção das providências previstas no subitem 7.18."e" e seguintes, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação de preços, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, momento em que o licitante detentor de tal proposta será declarado vencedor;

6.24. O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

7. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DE ADJUDICAÇÃO

7.1. No julgamento das propostas será considerado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL, desde que as mesmas atendam às exigências deste Edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado ou manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48 da Lei de Licitações.

7.3. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante da proposta vencedora:
(a) pelo Pregoeiro, quando não houver recurso;
(b) pelo Diretor-Geral, em havendo recurso contra a decisão do Pregoeiro.

8. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Ocorrida a situação de empate preconizada pela Lei Complementar n.º 123/06, ou seja, naquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta considerada vencedora no encerramento da etapa de lances, o sistema eletrônico informará às empresas que se enquadrarem nessa qualidade, para que exerçam o seu direito de preferência, apresentando proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.

8.2. Exercido o direito de preferência pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o Pregoeiro examinará a sua proposta quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e, em caso de aceitação de seu valor, verificará a habilitação do licitante, conforme as disposições do Item 9 deste Edital e seus Anexos.



8.3. Satisfeitas as exigências quanto à compatibilidade do preço e em relação à habilitação, o objeto licitado será adjudicado em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.4. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.5. Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 8.1, o sistema eletrônico ordenará as propostas pelo critério da antiguidade na inserção digital das mesmas.

8.6. Se a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada não exercer o direito de preferência, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.7. Se o direito de preferência não for exercido por nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentou a melhor proposta, desde que satisfeitas as exigências quanto à compatibilidade do preço e em relação à habilitação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, o licitante classificado em primeiro lugar e que for **cadastrado na CELIC deverá inserir**, no campo próprio do portal eletrônico, no prazo máximo de 2 (duas) horas, prorrogável a critério do Pregoeiro, a contar da solicitação deste, no próprio site, **os documentos a seguir relacionados:**

(a) Certificado de Fornecedor do Estado – CFE e seu Anexo, comprovando registro(s) na(s) família(s) 034, 035, 117 ou outra pertinente ao objeto da licitação, com prazo de validade vigente, inclusive para as informações nele contidas (caso algum dos documentos elencados no Anexo do CFE esteja com o prazo de validade expirado, o Licitante deverá apresentar documento válido, juntamente com o mencionado Anexo);

(b) Declaração do licitante de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o **Anexo II** deste Edital;

(c) Declaração, sob as penalidades legais, firmada pelo representante legal da licitante, de inexistência de fato impeditivo de habilitação ocorrido supervenientemente à sua inscrição no cadastro apresentado, ou à última atualização da sua documentação junto a tal cadastro, obrigando-se a declarar qualquer ocorrência, conforme o **Anexo III** deste Edital.

(d) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de objeto compatível com o desta licitação. O referido atestado de capacidade técnica deverá conter a Razão Social de ambas as empresas (Contratante e Contratada). Deverá ficar comprovado, pelo texto do atestado ou pelos atos jurídicos relativos à relação contratual apresentada, o fornecimento, com instalação e suporte de módulo(s) e fonte(s) em switch Core Cisco para aplicação em ambiente de Data Center, com, ao menos, 2000 (dois mil) usuários e 50 (cinquenta) servidores; com prazos de solução de chamados urgentes em até 08 (oito) horas corridas, a partir da abertura do chamado.



(d.1) A comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado, desde que a soma atinja o mínimo exigido de 2000 (dois mil) usuários e 50 (cinquenta) servidores e sejam cumpridas as exigências dos prazos de solução.

9.2.O licitante não cadastrado na CELIC, que for declarado vencedor, **deverá inserir**, no campo próprio do portal eletrônico, no prazo máximo de 2 (duas) horas, prorrogável a critério do Pregoeiro, a contar da solicitação deste, no próprio site, **os documentos seguintes**:

9.2.1. habilitação jurídica:

- (a) cédula de identidade e CPF, em se tratando de pessoa física; ou
- (b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- (c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações; ou
- (d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- (e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.2. regularidade fiscal e trabalhista:

- (a) Certificado de Regularidade de Situação – **FGTS**;
- (b) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela **Receita Federal**, que também contenha informação sobre regularidade junto ao **INSS**;
- (c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos, expedida pela **Fazenda Pública Estadual do Rio Grande do Sul** (matriz/filial, para as empresas sediadas em qualquer unidade da federação). O site pertinente para a expedição da certidão estadual é o www.sefaz.rs.gov.br/sat/CER-PUB-SOL.aspx;
- (d) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos, expedida pela **Fazenda Pública Estadual de origem** (matriz/filial, no caso de empresas de fora do Estado do RS);
- (e) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos, expedida pela **Fazenda Pública Municipal da matriz** da licitante (prova de regularidade com o Imposto sobre Serviços – ISS);
- (f) Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas** – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (conforme Lei Federal n.º 12.440, de 7 de julho de 2011).

9.2.3. Declaração do licitante de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o **Anexo II** deste Edital.

9.2.4. qualificação técnica:



- (a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de objeto compatível com o desta licitação. O referido atestado de capacidade técnica deverá conter a Razão Social de ambas as empresas (Contratante e Contratada). Deverá ficar comprovado, pelo texto do atestado ou pelos atos jurídicos relativos à relação contratual apresentada, o fornecimento, com instalação e suporte de módulo(s) e fonte(s) em switch Core Cisco para aplicação em ambiente de Data Center, com, ao menos, 2000 (dois mil) usuários e 50 (cinquenta) servidores; com prazos de solução de chamados urgentes em até 08 (oito) horas corridas, a partir da abertura do chamado.

a.1) A comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado, desde que a soma atinja o mínimo exigido de 2000 (dois mil) usuários e 50 (cinquenta) servidores e sejam cumpridas as exigências dos prazos de solução.

9.2.5. qualificação Econômico-Financeira:

9.2.5.1. Certidão negativa de falência e/ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.2.5.2. Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE válido.

9.2.5.2.1. Para os licitantes que não possuem o referido certificado ou que o possuem com prazo de validade vencido, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

(a) Termos de abertura e encerramento, mediante cópias autenticadas das páginas do Livro Diário;

(b) Demonstrações Contábeis do último exercício social, constituídas de Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), mediante cópias autenticadas das páginas do Livro Diário;

(c) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do último exercício social – aceitas independentemente de transcrição no Livro Diário (art. 16 da IN CAGE/RS 02/1996) –, que deverão ser elaboradas segundo dispõem as Normas Brasileiras de Contabilidade, indicando, no mínimo, o conteúdo do §1.º do art. 8º da IN CAGE/RS nº 02/1996, a saber:

(c.1) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos de riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo;

(c.2) Os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

(c.3) Os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia;

(d) Formulário Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante – ACF (ANEXO II, do Decreto n.º 36.601/96), integralmente preenchido, utilizando-se a Tabela de Índices Contábeis – TIC (ANEXO I, do Decreto n.º 36.601/96), tendo como base a Tabela de Decil, Seção “G” (ANEXO IV, do Decreto n.º 36.601/96),

133-17- aquisição de produtos para equip. switch Catalyst - 10



sendo considerado habilitado o licitante que obtiver, no mínimo, a nota de Capacidade Financeira Relativa igual ou superior a 2,0 (dois).

9.2.5.2.2. As demonstrações contábeis do último exercício social deverão **(a)** ser já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanço provisório, **(b)** assinados pelo contabilista e pelo representante legal da entidade, **(c)** podendo ser atualizadas por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, **(d)** comprovando boa situação financeira da empresa, de acordo com os procedimentos e as instruções adotados, no âmbito da Administração Pública Estadual, pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, para a avaliação da capacidade financeira de licitantes, nos termos do Decreto Estadual n.º 36.601, de 10 de abril de 1996, complementado pela Instrução Normativa CAGE/RS n.º 02/1996, ambos encontrados na página de licitações do MPRS na internet (www.mprs.mp.br/licitacao/legislacao).

9.3 Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela sede, que deverá ser comprovada por documento próprio.

9.4. A verificação de documentos pela PGJ/MPRS nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

9.5. As certidões negativas que não tenham prazo de validade expressa no documento, ou fixado em lei federal, serão tidas como válidas pelo prazo de noventa (90) dias, contado da data de sua emissão.

9.6. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas.

9.7. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para o exercício do direito de apresentação posterior da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações), deverá apresentar os documentos, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.8. Deverá ser apresentada prova de enquadramento como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, caso se tratar dessas espécies.

9.9. Em caso de exercício do direito de apresentação posterior da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será assegurado o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data em que for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

9.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para prosseguimento.

9.11. O Microempreendedor Individual (MEI) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Habilitação jurídica: além do subitem 9.2.1.a deste Edital, o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual;

b) Habilitação fiscal e trabalhista: providenciar a obtenção das Certidões exigidas nos subitens 9.2.2. "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do Edital;



c) Qualificação Econômica-Financeira: além da certidão prevista no subitem 9.2.5.1., a Declaração Anual Simplificada – DASN-SIMEI ou o Relatório Mensal das Receitas Brutas de todos os meses para os empreendedores que iniciaram as atividades no curso do ano calendário.

d) Declaração do licitante de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o Anexo II deste Edital.

d) Qualificação Técnica: Os documentos de que trata o subitem 9.2.5 do Edital;

9.12. Será INABILITADO o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10. RECURSO ADMINISTRATIVO

10.1. Dos atos do pregão, caberá recurso administrativo que dependerá de manifestação ao final da sessão pública.

10.2. Durante o período para manifestação da intenção de recurso, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio de sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.2.1. Ocorrendo a manifestação de intenção em recorrer, o Pregoeiro fará o juízo de admissibilidade do recurso.

10.2.2. Sendo admitido o recurso, serão fixados tanto o prazo de três (3) dias para o(s) licitante(s) recorrente(s) apresentar(em) as suas razões de recurso, inserindo-as no campo respectivo do sistema, quanto igual prazo para os demais licitantes apresentarem, querendo, suas contrarrazões, também inserindo-as no campo respectivo do sistema, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.2.3. A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2.4. Entende-se por imediata a manifestação de intenção de recorrer registrada no campo próprio do sistema eletrônico em até 30 (trinta) minutos, contados a partir da declaração do vencedor da licitação no sistema eletrônico.

10.3. O Pregoeiro deverá manifestar-se sobre as peças recursais, podendo realizar diligências para subsidiar a sua manifestação.

10.3.1. Em caso de manutenção da(s) decisão(ões) adotadas durante o procedimento, o recurso deverá ser enviado para o conhecimento e a decisão da autoridade superior competente.

10.3.2. Em caso de acolhimento do recurso, em juízo de reconsideração, o Pregoeiro invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento, retomando o procedimento consoante os atos não invalidados.

10.4. Analisado(s) e decidido(s) o(s) recurso(s), em se constatando a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



10.4.1. Em caso de acolhimento do recurso, a autoridade superior competente invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento, retomando-se o procedimento consoante os atos não invalidados.

10.5. Os recursos interpostos fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

11. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

11.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de cinco (5) dias, a contar da notificação respectiva.

11.2. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para a adoção das providências previstas no subitem 6.18."e" e seguintes e, ao final, assinar o contrato, sem prejuízo da imposição, àquele, das multas previstas neste Edital e seus Anexos e das demais cominações legais.

11.4. Recebimento do Objeto:

11.4.1. A entrega do objeto deverá ser efetuada conforme estabelecido no **Anexo I – Termo de Referência** – deste Edital.

11.4.2. O objeto será recebido da seguinte forma:

(a) Provisoriamente, no prazo de até 15 dias, para verificação de sua conformidade com as especificações do Edital de Licitação. Caso não esteja de acordo com o exigido, o objeto será devolvido ao Fornecedor, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para providenciar a sua substituição; e

(b) Definitivamente, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento provisório, após a conclusão da instalação e testes dos produtos adquiridos dentro da rede de dados do MP/RS.

11.4.3. Será rejeitado, no todo ou em parte, o objeto da licitação que estiver em desacordo com este Edital e seus Anexos, cabendo ao contratado todos os ônus decorrentes da rejeição.

11.4.4. Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e o menor impacto ambiental no descarte.

Os bens devem ser fornecidos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

11.5. Pagamento:

O pagamento será efetuado nos termos dos **Anexos I e V** deste Edital.

11.6. Garantia e Demais Prazos e Condições:

Conforme estabelecido nos **Anexos I e V** deste Edital.

12. PENALIDADES

133-17- aquisição de produtos para equip. switch Catalyst - 13

MBM



12.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou das condições estipuladas em contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração, sem prejuízo das multas e penalidades previstas neste Edital e seus Anexos e demais cominações legais.

12.2. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato, no prazo estabelecido, a Administração poderá aplicar o disposto no § 3º do art. 27 da Lei Estadual n.º 13.191 ou o disposto no § 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93, o que for mais vantajoso para a Administração.

12.3. Quando forem praticadas as hipóteses previstas na Lei Estadual n.º 11.389, de 25 de novembro de 1999, a contratada será incluída no “Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual”.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente licitação.

13.2. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.3. É facultado ainda ao Pregoeiro convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas; que uma vez intimados, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.4. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.5. Fica desde logo esclarecido que todos os participantes deste Pregão, pelo simples fato de nele licitarem, sujeitam-se a todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou expressa.

13.6. Haverá consulta prévia ao Cadastro Informativo do Estado do Rio Grande do Sul - **CADIN/RS**, nos termos da Lei Estadual n.º 10.697/96, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 36.888/96, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – **CFIL/RS**, nos termos da Lei Estadual n.º 11.389/99, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 42.250/03, bem como ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU - Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) - **CEIS**, em todas as fases do procedimento licitatório e, também, antes da assinatura do contrato.

13.6.1 – Havendo apontamento, registro ou pendência em face de algum licitante, poderá haver sua exclusão do certame, dependendo essa medida da extensão dos efeitos da punição constante de qualquer um dos cadastros referidos no caput.



13.7. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

13.8. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até três dias anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio digital, pelo endereço eletrônico licitacoes@mprs.mp.br.

13.9. Qualquer modificação neste Edital, decorrente de impugnação ou de esclarecimento, exigirá reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

13.10. As impugnações e consultas interpostas fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

13.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, e a segurança da contratação.

13.12. Os autos desta licitação encontram-se na Unidade de Licitações, na Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre/RS, e-mail licitacoes@mprs.mp.br, telefones (51) 3295-8065/8034/8044/8048/8577, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h e das 13h30min às 18h.

13.13. Fazem parte deste Edital os seguintes **ANEXOS**:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Declaração referente ao inciso XXXIII do art. 7º da CF 1988 (Lei n.º 9.854/99);

ANEXO III – Declaração de Idoneidade (Lei n.º 8.666/93. art. 32, § 2º);

ANEXO IV – Formulário de proposta de preços;

ANEXO V – Minuta de contrato.

13.14. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Pregão.

Porto Alegre, 29 de novembro de 2017.

Luciano Fernandes Teixeira,
Pregoeiro.



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2017
PROCESSO SGA N.º 01236.000.080/2017**

1. OBJETO

Aquisição de produtos (módulos, *transceivers* e fontes) para equipamentos switch Catalyst 6807-XL, do fabricante Cisco.

1.1 Detalhamento do objeto:

Item	Descrição	Part Number	Unidade	Quantidade
1.1	Catalyst 6800 16 port 10GE with integrated DFC4	C6800-16P10G=	Unitário	2
1.2	10GBase-SR SFP Module, Enterprise-Class	SFP-10G-SR-S=	Unitário	32
1.3	C6k 48-port 10/100/1000 GE Mod: fabric enabled, RJ-45 DFC4	C6800-48P-TX=	Unitário	1
1.4	Catalyst 6807-XL 3000W Power Supply	C6800-XL-3KW-AC=	Unitário	2

2. MOTIVAÇÃO

A solução Core foi planejada para assegurar a conectividade adequada para disponibilizar os serviços de rede disponibilizados aos usuários do MPRS. Tem previsão de redundância de recursos com vistas a impedir ou mitigar situações de indisponibilidade.

Esse processo, que vem sendo gradualmente executado, precisa de ajuste no tocante ao uso de interfaces de rede, seja quanto ao aumento da capacidade de transferência de informações, seja quanto à utilização de caminhos redundantes entre módulos de cada um dos equipamentos Core.

Outro ajuste refere-se à redundância na alimentação elétrica da solução, prevista para dispor de dois circuitos distintos.

A aquisição dos produtos relacionados visa a tornar possível a continuidade do projeto.

3. INFRAESTRUTURA ATUAL DE REDE

O MPRS possui, atualmente, 02 (dois) equipamentos Core de Rede, modelo Catalyst 6807-XL, do fabricante Cisco, possuindo os seguintes números de série: SMC1845001X e SMC18450016. Neles serão instalados os produtos a serem adquiridos, conforme orientação da Unidade de Infraestrutura da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do MPRS.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS

4.1 Especificação do Módulo de 16 portas em fibra ótica para Switch Core

4.1.1 Fornecimento de 2 (dois) módulos de interfaces de rede contendo, cada um, 16 portas de fibra ótica, 10Gbps, do fabricante Cisco Systems, novos e sem uso anterior, para utilização em switch Core Catalyst 6807, com todas as partes necessárias para a sua instalação. O modelo ofertado deverá seguir a especificação abaixo (*nova redação de acordo com Informação nº 125/2017*):

Part Number	Descrição	Quantidade
C6800-16P10G=	Catalyst 6800 16 port 10GE with integrated DFC4	2



O fornecimento dos módulos será composto, também, pela instalação física e testes de funcionalidade de cada um, de forma a comprovar seu perfeito funcionamento.

4.2 Especificação de *transceivers* para portas de 10Gbps, para uso em módulos de Switch Core

4.2.1 Fornecimento de 32 (trinta e dois) *transceivers* de 10Gbps, novos e sem uso anterior, para utilização nos módulos especificados no subitem 4.1.1, switch Core Catalyst 6807, com todas as partes necessárias para a sua instalação. O modelo ofertado deverá seguir a especificação abaixo (*nova redação de acordo com Informação nº 125/2017*):

Part Number	Descrição	Quantidade
SFP-10G-SR-S=	10GBase-SR SFP Module, Enterprise-Class	32

O fornecimento dos *tranceivers* será composto, também, pela instalação física e testes de funcionalidade de cada um, de forma a comprovar seu perfeito funcionamento.

4.2.1.1 Cada *transceiver* deverá ser fornecido acompanhado de cabo de fibra ótica de 15 metros, certificado, padrão multimodo, com conector correspondente ao *transceiver*, de um lado, e com conector LC, do outro lado. Deverão ser entregues, ao todo, 32 cabos, novos e sem uso anterior.

4.3 Especificação do Módulo de 48 portas cobre para Switch Core

4.3.1 Fornecimento de 1 (um) módulo de interfaces de rede contendo 48 portas de cobre, 10/100/1000Gbps, do fabricante Cisco Systems, novo e sem uso anterior, para utilização em switch Core Catalyst 6807, com todas as partes necessárias para a sua instalação. O modelo ofertado deverá seguir a especificação abaixo (*nova redação de acordo com Informação nº 125/2017*):

Part Number	Descrição	Quantidade
C6800-48P-TX=	C6k 48-port 10/100/1000 GE Mod: fabric enabled, RJ-45 DFC4	1

O fornecimento do módulo será composto, também, pela sua instalação física e testes de funcionalidade, de forma a comprovar seu perfeito funcionamento.

4.4 Especificação da Fonte de Alimentação e Cabo de Força

4.4.1 Fornecimento de 2 (duas) fontes de alimentação 3000W, do fabricante Cisco Systems, novas e sem uso anterior, para utilização em switch Core Catalyst 6807, com todas as partes necessárias para a sua instalação, acompanhadas dos respectivos cabos de força. O modelo ofertado deverá seguir a especificação abaixo (*nova redação de acordo com Informação nº 125/2017*):

Part Number	Descrição	Quantidade
C6800-XL-3KW-AC=	Catalyst 6807-XL 3000W Power Supply	2
CAB-AC-2500W-INT	Power Cord, 250Vac 16A, INTL	2

O fornecimento das fontes de alimentação será composto, também, pela sua instalação física e testes de funcionalidade, de forma a comprovar seu perfeito funcionamento junto às demais fontes já existentes nos equipamentos Core.

4.5 Serviços de Garantia e de Suporte Técnico



4.5.1 Os produtos adquiridos deverão estar cobertos por garantia e suporte técnico, pelo prazo correspondente ao restante da garantia e suporte técnico dos chassis em que serão inseridos (equipamentos switch Core Cisco Catalyst 6807-XL, números de série SMC1845001X e SMC18450016), a contar da data do Recebimento Definitivo dos produtos relacionados, a ser expedido pela CONTRATANTE.

4.5.2 Não haverá cobrança adicional para a execução dos serviços de garantia e suporte técnico.

4.5.3 Os serviços de garantia e de suporte técnico poderão ser prestados local ou remotamente, de acordo com as características do problema e em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE.

4.5.4 Não haverá número limite de atendimentos para os serviços de garantia e suporte técnico.

4.5.5 Entende-se por Serviços de Garantia e de Suporte Técnico, para fins deste edital, ao processo de assistência à CONTRATADA, solicitada, ao menos, para a solução de dúvidas, identificação e solução de problemas, execução de verificações preventivas e de melhorias necessárias.

4.5.6 Os Serviços de Garantia e de Suporte Técnico compreenderão, no mínimo:

4.5.6.1 Identificação e correção de problemas;

4.5.6.2 Reposição de módulos, peças e componentes defeituosos dos produtos cobertos pelo contrato;

4.5.6.3 Defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças ou softwares, inclusive baterias (se for o caso);

4.5.6.4 Os equipamentos, componentes, peças e materiais que substituírem os defeituosos deverão ser novos, de primeiro uso, originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, desde que compatíveis, com todas as atualizações e configurações necessárias ao seu funcionamento.

4.5.6.5 Manutenção preventiva e corretiva;

4.5.6.6 Fornecimento, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, das atualizações de software e firmware, corretivas e evolutivas, que sejam disponibilizadas pelo fabricante dos produtos, bem como as respectivas licenças de uso;

4.5.6.7 Instalação, sem custo adicional para a CONTRATANTE, de atualizações de software e firmware, corretivas e evolutivas, disponibilizadas pelo fabricante, com presença de técnico no local (dependências da CONTRATANTE);

4.5.6.8 Esclarecimentos de dúvidas sobre configuração, implementação e utilização de recursos e funcionalidades;

4.5.6.9 Implementação de funcionalidades;

4.5.6.10 Suporte para efetuar ajustes ou alterações na configuração dos produtos, seja para solução de problemas e dúvidas, seja para ajustes das configurações existentes;

4.5.6.11 Execução de troubleshooting dos produtos, no que envolve diagnóstico das suas condições de funcionamento, vulnerabilidades e configurações implementadas;

133-17- aquisição de produtos para equip. switch Catalyst - 18

MBM



4.5.6.12 Implementação de melhores práticas indicadas pelo fabricante.

4.5.7 Deverão, obrigatoriamente, ser efetuadas nas dependências da CONTRATANTE, com presença de técnico da CONTRATADA:

- a. Substituição de módulos, componentes, peças e materiais defeituosos;
- b. Instalação de atualizações preventivas e corretivas de programas (tais como firmware e IOS).

4.5.8 O atendimento local será prestado nas dependências da CONTRATANTE, no endereço Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, em Porto Alegre - RS.

4.5.9 O atendimento aos serviços dar-se-á no período 24 por 7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia nos 7 (sete) dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

4.5.10 Para prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá comprovar a inclusão dos produtos em contrato de serviço SmartNet ou Partner Shared Support junto ao fabricante dos equipamentos Cisco Catalyst 6807, para todos os itens de hardware e software dos produtos adquiridos.

4.5.11 A CONTRATANTE deverá ter acesso ao site do fabricante, para acesso a ferramentas e documentos técnicos por ele disponibilizados, bem como para obtenção, através de download, das últimas versões de software e firmware pertinentes aos produtos adquiridos.

4.5.12 Os serviços de abertura de Technical Assistance Center - TAC, terminologia utilizada pela CISCO para abertura de chamado ou solicitação de substituição de hardware junto à Cisco serão executados pela CONTRATADA.

4.5.13 Os serviços de garantia e suporte técnico serão solicitados à CONTRATADA mediante a abertura de chamado efetuado por técnicos da CONTRATANTE, via chamada telefônica local, DDD a cobrar ou DDG (0800), com atendimentos obrigatoriamente na língua portuguesa, ou por e-mail, ou por formulário próprio na Internet, à CONTRATADA, a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados durante todos os dias do ano (24x7x365).

4.5.14 Os telefones, e-mails e páginas da Internet, a serem utilizados para a abertura dos chamados, deverão ser informados formalmente pela CONTRATADA a contar do recebimento da ordem de fornecimento pela CONTRATADA.

4.5.15 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, previamente e por escrito, as eventuais alterações dos meios utilizados para abertura de chamados, devendo este documento a ser adicionado ao processo.

4.5.16 Os chamados de garantia e suporte técnico serão classificados por grau de severidade, a ser definido pela CONTRATANTE, da seguinte forma:

- a. Urgentes: chamado decorrente de equipamento fora de operação, ou com alguma funcionalidade comprometida;
- b. Normais: demais chamados abertos.

4.5.17 Os prazos relativos ao atendimento dos chamados de garantia e suporte técnico serão os seguintes:

4.5.17.1 Chamados Urgentes deverão ter seus atendimentos iniciados em até 01 (uma) hora corrida e solucionados em até 04 (quatro) horas corridas, a contar da abertura do chamado;

4.5.17.1.1 Em caso de impossibilidade de resolução de problema no prazo exigido, a CONTRATADA, mediante concordância da CONTRATANTE, deverá disponibilizar solução



temporária que atenda aos requisitos da CONTRATANTE, até a obtenção da solução final, em prazo e condições a serem acordadas com a CONTRATANTE.

4.5.17.2 Chamados Normais deverão ter seus atendimentos iniciados até o próximo dia útil e solucionados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após sua abertura.

4.5.18 Ao término de cada atendimento presencial, a CONTRATADA deverá fornecer Relatório de Atendimento Técnico, que deverá ter a concordância de um técnico da Unidade de Infraestrutura da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do MPRS. O relatório deverá conter, no mínimo, os seguintes dados:

- a. Identificação do chamado (número);
- b. Data e hora de abertura;
- c. Data e hora de chegada do técnico;
- d. Data e hora de saída do técnico;
- e. Identificação do técnico designado;
- f. Descrição do problema;
- g. Descrição da solução;
- h. Recomendações e sugestões sobre o ambiente analisado, classificando as mesmas conforme grau de importância, gravidade, risco e impacto nos atendimentos de rotina;
- i. Descrição de eventuais pendências;
- j. Informação de eventual necessidade de retorno do técnico, contendo o motivo, data e hora previstas do retorno.

4.5.19 O relatório deverá ser entregue impresso, caso em que deverá conter a assinatura do técnico que atendeu o chamado.

4.5.20 Para atendimento dos chamados, a CONTRATADA deverá disponibilizar técnico certificado pelo fabricante para executar atividades compatíveis com as exigidas.

4.5.21 Caberá ao técnico, disponibilizado pela CONTRATADA, identificar os componentes, peças, materiais ou softwares responsáveis pelo mau funcionamento da solução.

4.5.22 É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de produtos e materiais necessários à boa execução dos serviços, bem como indispensáveis à limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos.

4.6 Instalação dos produtos

4.6.1 A CONTRATADA deverá realizar a instalação física completa dos produtos adquiridos (módulos, *transceivers* e fontes) nos dois equipamentos Switch Core modelo 6807-XL da CONTRATANTE, identificados pelos seguintes Serial Numbers:

- a) SMC1845001X;
- b) SMC18450016.

4.6.1.1 Havendo necessidade, a CONTRATADA deverá realizar o *upgrade* do sistema operacional existente para a versão correspondente e estabilizada que permita o funcionamento adequado dos itens adquiridos.

4.6.1.2 Sobre o posicionamento dos produtos nos chassis:

4.6.1.2.1 Os módulos adquiridos irão substituir outros 3 (três) módulos já existentes e instalados.

Os módulos antigos deverão ser retirados para a instalação dos novos;

- a. Os *transceivers* deverão ser instalados nos respectivos módulos inseridos.
- b. A configuração aplicada ao módulo metálico antigo deverá ser mantida no módulo metálico novo.



4.6.1.2.2 As fontes de alimentação deverão ser instaladas em posições correspondentes vazias dos chassis, integrando-se à configuração já utilizada para as demais.

4.6.1.3 A instalação física compreende testes de funcionalidade dos produtos, de forma a comprovar seu perfeito funcionamento.

4.6.1.4 Todas as despesas oriundas da instalação correrão por conta da CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

4.6.2 Os produtos deverão ser instalados por técnicos certificados pelo fabricante, conforme as necessidades planejadas pela equipe técnica do MP/RS, com garantia de perfeito funcionamento dos equipamentos em que forem inseridos (chassis e todos os componentes neles presentes).

4.6.3 A instalação será realizada em horário fora do expediente normal de trabalho. Por horário de expediente normal de trabalho considera-se o período entre 08h00min e 19h00min, de segunda a sexta-feira, excluindo feriados.

4.6.4 A instalação será considerada concluída quando os novos produtos (módulos e *transceivers*) estiverem testados dentro da rede de dados do MP/RS, que deverá estar operando normalmente, sem prejuízo de acesso aos recursos já disponibilizados pela configuração de produtos anterior à instalação.

4.6.5 Os equipamentos deverão atender plenamente o solicitado no edital.

4.6.6 Os serviços serão realizados na seguinte localidade do MPRS: Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, número 80, Porto Alegre, no Datacenter do MPRS.

5. CARACTERÍSTICAS GERAIS

5.1.1 Todos os produtos (módulos, *transceivers* e fontes) fornecidos deverão ser novos e sem uso anterior (*nova redação de acordo com Informação nº 125/2017*).

5.2 Os serviços de garantia e de suporte técnico deverão estar cobertos por contrato de serviço SmartNet ou Partner Shared Support, junto ao fabricante dos equipamentos Cisco Catalyst 6807, para todos os produtos adquiridos.

6. DOCUMENTAÇÃO PARA A PROPOSTA

6.1 Documentos para a proposta:

6.1.1 A proposta deverá conter descrição, com códigos do fabricante, dos itens a serem adquiridos. Será desqualificada a proposta que não contiver descrição, quantidades e valores detalhados de cada item, com respectivos part numbers do fabricante.

6.1.2 A LICITANTE deverá apresentar as seguintes Declarações (indicar a respectiva razão social, CNPJ e endereço completo):

6.1.2.1 De que é revenda ou distribuidora autorizada.

6.1.2.2 De que é parceiro do tipo Premier, Silver ou Gold Partner Cisco;

6.1.2.3 De que é parceiro certificado em ADVANCED ENTERPRISE NETWORKS ARCHITECTURE SPECIALIZATION;



6.1.2.4 De que está habilitado a comercializar, dar suporte e instalar os produtos cotados e relacionados;

6.1.2.5 De que todos os itens são novos e de primeiro uso (*nova redação de acordo com Informação 125/2017*);

6.1.2.6 De que cientificou o fabricante dos equipamentos de todos os termos e condições deste edital, especialmente os referentes à prestação dos serviços de suporte técnico e garantia.

6.1.2.7 De que todos os produtos de um mesmo item possuem o mesmo conjunto de componentes internos, isto é, que todos os produtos serão idênticos em todos os detalhes internos, não sendo aceitos lotes de produtos com componentes diferenciados em relação a outros dentro de um mesmo item;

6.1.2.8 Declaração especificando qual o contrato de suporte, com o fabricante Cisco, para prestação dos serviços de suporte técnico e garantia (subitem 4.5), para todos os produtos em aquisição, qual seja:

- a. Atual contrato de suporte existente para os chassis do MPRS (números de série SMC1845001X e SMC18450016), incluindo os produtos em aquisição;
- b. Ou contrato de serviço SmartNet ou Partner Shared Support junto ao fabricante dos equipamentos Cisco Catalyst 6807, incluindo os produtos em aquisição.

6.1.3 Serão aceitos documentos eletrônicos, desde que permitam a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet.

7. DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO

7.1 Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de objeto compatível com o desta licitação. O referido atestado de capacidade técnica deverá conter a Razão Social de ambas as empresas (Contratante e Contratada). Deverá ficar comprovado, pelo texto do atestado ou pelos atos jurídicos relativos à relação contratual apresentada, o fornecimento, com instalação e suporte de módulo(s) e fonte(s) em switch Core Cisco para aplicação em ambiente de Data Center, com, ao menos, 2000 (dois mil) usuários e 50 (cinquenta) servidores; com prazos de solução de chamados urgentes em até 08 (oito) horas corridas, a partir da abertura do chamado.

a) A comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado, desde que a soma atinja o mínimo exigido de 2000 (dois mil) usuários e 50 (cinquenta) servidores e sejam cumpridas as exigências dos prazos de solução.

8. PRAZOS E ENTREGA

8.1 O prazo de **entrega dos produtos** descritos neste edital será de até 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Fornecimento emitida pela Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação MP/RS.

8.2 O local de entrega dos produtos será na Unidade de Infraestrutura da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, com endereço na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, Torre Sul, 8º andar, Bairro Praia de Belas, nesta Capital, no horário compreendido entre 8h30min e 12h e 13h30min e 17h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

8.3 O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas sucessivas:

8.3.1 Provisoriamente, no prazo de até 15 dias, para verificação de sua conformidade com as especificações do Edital de Licitação. Caso não esteja de acordo com o exigido, o objeto



será devolvido ao Fornecedor, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para providenciar a sua substituição;

8.3.2 Definitivamente, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento provisório, após a conclusão da instalação e testes dos produtos adquiridos dentro da rede de dados do MP/RS.

8.3.2.1 Caso seja constatado algum problema com o material entregue, a CONTRATADA será formalmente comunicada e terá o prazo de até 30(trinta) dias para a solução dos mesmos.

8.4 Prazos distintos aos apresentados acima poderão ser acordados com a Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do MP/RS, conforme conveniência desta.

8.5 A garantia será a contar da instalação sendo emitido o termo de Recebimento Definitivo.

8.6 O prazo de garantia e suporte será do tipo “co-terminus” de acordo com a garantia (prazo e modalidade) dos equipamentos existentes na PGJ (equipamentos switch Core Cisco Catalyst 6807-XL, números de série SMC1845001X e SMC18450016).

9. PREÇO E PAGAMENTO

9.1 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

9.2 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o Recebimento Definitivo do objeto, sendo emitido após a finalização do serviço de instalação e testes.

9.3 O pagamento será efetuado, por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pelo Fornecedor.

9.4 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

9.5 Não haverá reajuste de preços.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A Gestão do Contrato será exercida pela Unidade de Gestão de Contratos, telefone (51) 3295-8240, email: contratos@mprs.mp.br.

10.2 A fiscalização será exercida pela Assessoria de Governança da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da servidora Isabel Lucchesi e, como substitutos, pelos servidores Luís Carlos Tott, com endereço na Rua Andrade Neves 106/ 13 andar, Bairro Centro, na Cidade de Porto Alegre, telefone (51) 3295-8198.

11. OBRIGAÇÕES

11.1 Direitos do MP:

11.1.1 Receber os bens objeto da contratação, no prazo e condições estipuladas.

11.2 Direitos do Fornecedor:

11.2.1 Receber o valor ajustado, na forma e prazo convencionados;

11.3 Deveres do MP:

11.3.1 Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações pelo fornecedor;

11.3.2 Fornecer à contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

11.3.3 Fiscalizar a execução do presente contrato;

11.4 Deveres do Fornecedor:

11.4.1 Entregar o objeto da contratação, na forma ajustada e de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

11.4.2 Manter, durante toda vigência do licenciamento, todas as condições de qualificação exigidas na licitação, principalmente quanto a ser parceiro do tipo Premier, Silver ou Gold



Partner Cisco, certificado em ADVANCED ENTERPRISE NETWORKS ARCHITECTURE SPECIALIZATION .

11.4.3 A CONTRATADA deverá garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros. Para tanto, será firmado Acordo de Confidencialidade posteriormente à assinatura do Contrato.

11.4.4 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

11.4.5 Apresentar se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

11.4.6 Permitir a fiscalização pelo contratante;

11.4.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

11.4.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

11.4.9 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e o menor impacto ambiental no descarte.

11.4.10 Os bens devem ser fornecidos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

12. SANÇÕES

12.1 Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará a empresa contratada sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

12.2 O fornecedor ficará sujeito, em qualquer dos casos, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias.

12.3 O fornecedor também ficará sujeito, em qualquer dos casos, à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por descumprimento no todo ou em parte das obrigações assumidas, sem prejuízo das demais penalidades legais e observado, se for o caso, os limites estabelecidos em lei para fatos específicos.

12.4 A multa dobrará no caso de reincidência.

13. VIGÊNCIA

13.1 O presente contrato entrará em vigor no primeiro dia útil seguinte a publicação no DEMP e perdurará até 26/03/2020.

14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

14.1 A qualquer momento, durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá realizar diligência, junto a CONTRATADA, a fim de verificar e comprovar as condições solicitadas nos itens **6.1.2.2** e **6.1.2.3** do presente termo.



**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE
PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2017
PROCESSO SGA N.º 01236.000.080/2017**

_____,
representante legal da empresa interessada em participar do **Pregão Eletrônico n.º 133/2017**, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, declaro, sob as penas da Lei, que nos termos do Inciso V do Artigo 27, da Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993, a empresa _____

_____ encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de 2017.

(empresa proponente)

C.N.P.J.

(assinatura e carimbo do representante legal)



ANEXO III - DECLARAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2017
PROCESSO SGA N.º 01236.000.080/2017

DECLARAÇÃO

Declaro(amos), sob as penas da lei, para o Pregão Eletrônico N.º **133/2017** que.....
..... (nome da(o) licitante, CNPJ/CPF) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93, e alterações, bem como de que comunicarei(mos) qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

..... de de 2017.
(local)

.....
Assinatura do licitante ou seu representante legal

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2017
PROCESSO SGA N.º 01236.000.080/2017

EM ARQUIVO .XLS ANEXO A ESTE EDITAL.

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 133/2017
PROCESSO SGA N.º 01236.000.080/2017

EM ARQUIVO PDF ANEXO A ESTE EDITAL

Documento assinado digitalmente por (verificado em 30/11/2017 10:07:11):

Nome: **Luciano Fernandes Teixeira**

Data: **30/11/2017 08:21:05 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"

informando a chave **JVNcAQvOT1WqFhUFfBOC5A@SGA_TEMP** e o CRC **3.5687.5193**.

1/1